

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Preso, "faraó dos bitcoins, gira R\$ 228 mi e quer ser deputado.....3

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Criptos, religião e luxo: "sheik" lesou Sasha e virou sócio de Silas.....4

GIRO GOIÁS ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
ANFIP

Entidades ligadas ao Fisco apontam falhas no projeto de código de defesa dos contribuintes
.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos adotam o WhatsApp para atrair clientes avessos a aplicativos.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

TRT de São Paulo definirá taxa de juros de contribuição ao INSS.....9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em tom de campanha, Guedes promete zerar IPI se Bolsonaro for reeleito.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados têm opções limitadas para repor perdas com ICMS.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cardápio para repor corte do ICMS é curto.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo quer tentar zerar a fila do Auxílio Brasil via PEC dos Combustíveis.....14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Postos já recebem gasolina com desconto de tributo federal; ministro tenta agilizar repasse
.....16

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC leva meta de inflação a sério (Editorial).....18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Oposição protocola pedido para criar CPI do MEC; governo vai ao Supremo.....19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro e Lira pressionam para aprovar PEC em apenas dois dias.....22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Servidores temem colocar CPFs em medidas do governo.....24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Guedes vê Brasil descolado do mundo 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Em ano eleitoral, governo deve lançar Plano Safra recorde 26

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Tebet vai invocar esperança contra 'desencanto' e 'pessimismo' de eleitor 29

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Bolsonaro aposta no vale-tudo em nome de manter o poder (Editorial) 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Emprego surpreende em maio, mas dúvidas persistem 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Otan aceita Suécia e Finlândia e deve ampliar gasto militar 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Planos de Bolsonaro não se detêm diante das leis (Editorial) 33

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Leilão de transmissão prevê aporte de R\$ 153 bi 34

Preso, "faraó dos bitcoins, gira R\$ 228 mi e quer ser deputado

Julio Wiziack Brasília

Relatório da **Receita Federal** entregue à Polícia Federal diz que o ex-garçom Glaidson Acácio dos Santos, conhecido como "faraó dos bitcoins", teria usado uma advogada como laranja para converter criptomoedas em R\$ 228 milhões mesmo após sua prisão.

Ainda preso, o ex-garçom se filiou ao partido Democracia Cristã em abril e anunciou no início deste mês sua pré-candidatura a deputado federal.

Em inquérito da Operação Kryptos, a PF diz, com base nos dados do fisco, que "diversas transações indicam que a organização criminosa continuava ativa mesmo após a deflagração da operação e da prisão dos primeiros suspeitos".

As transações teriam ocorrido por meio da advogada Eliane Medeiros de Lima, presa em fevereiro. Ela teve seu nome incluído no radar dos policiais e do Ministério Público Federal após a deflagração da Kryptos, em 25 de agosto de 2021, que prendeu Glaidson por suspeita de comandar um esquema bilionário de pirâmide financeira e lavagem de dinheiro.

A defesa de Glaidson nega as irregularidades atribuídas a ele. O representante da advogada, por sua vez, não respondeu até a publicação da reportagem.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

57

Criptos, religião e luxo: "sheik" lesou Sasha e virou sócio de Silas

CHICO OTÁVIO chico@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Entidades ligadas ao Fisco apontam falhas no projeto de código de defesa dos contribuintes



Representantes de órgãos públicos e de entidades sindicais ligadas ao Fisco demonstraram preocupação, nesta terça-feira (28), com a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados que cria o código de defesa dos contribuintes - Projeto de Lei Complementar 17/22, de autoria do deputado Felipe Rigoni (União-ES) com outros 31 parlamentares.

Em debate solicitado por Rigoni e pelo relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), na Comissão de Finanças e Tributação, a maioria dos participantes sugeriu mudanças no texto a fim de garantir que bons e maus pagadores de **impostos** sejam tratados de maneira distinta pelo código. A avaliação é que, ao tentar garantir mais proteção aos contribuintes, o projeto acaba beneficiando indistintamente a todos, incluindo fraudadores e sonegadores.

"Para os que cumprem [as obrigações tributárias], temos que simplificar e facilitar [a cobrança]. Para os que tentam cumprir e, por algum motivo não conseguem, temos que instruí-los e auxiliá-los. Já para os que estão decididos a não cumprir, temos que aplicar a força mais rigorosa da lei", defendeu o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, Mauro Silva.

Direitos do contribuinte

O projeto, por exemplo, prevê como direito de todo contribuinte a não obrigatoriedade de pagamento imediato de qualquer autuação e o imediato exercício

do direito de defesa. Estabelece ainda a análise da defesa do contribuinte antes da autuação fiscal e a necessidade de emissão prévia de notificação autorizando o trabalho de fiscalização.

Representantes da **Receita Federal**, do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e de diversas entidades de trabalhadores do Fisco, como a Federação Brasileira dos Fiscos Estaduais (Febrafisco) e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), avaliam que o projeto impõe limitações ao trabalho de fiscalização, cobrança e autuação de contribuintes.

"Quando nós colocamos empecilhos ou colocamos alterações que inibem, dificultam ou deixam a fiscalização sem seus principais pontos de atuação, nós estamos privilegiando aquele que é o mau contribuinte", observou o subsecretário de Tributação e Contencioso da Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**, Fernando Mombelli.

Presidente do Sindifisco, Isac Moreno Santos se disse preocupado com trechos da proposta que vedam a edição de normas infralegais pela fazenda pública e que passam a exigir autorização judicial para o uso de força policial em diligências no estabelecimento do contribuinte. "Em muitos casos, precisar de autorização judicial para solicitar força policial inviabiliza a fiscalização", disse.

Representando o Comsefaz, Ricardo Luiz de Souza entende que mudanças previstas no projeto acabam promovendo uma "blindagem patrimonial do sonegador". "Nós afirmamos que se trata de implementar uma blindagem patrimonial, porque exatamente inviabiliza a ação do fisco de reter o patrimônio pessoal, da própria empresa e dos laranjas que eventualmente possam responder pelo crédito tributário", afirmou.

Sonegadores

Na mesma linha, o diretor da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Francelino Valença Junior, disse que, da maneira como está, o

projeto pode ser chamado de "código de defesa do sonegador".

"Um auditor fiscal que lança a multa em caso de sonegação e por algum motivo aquele auto [de infração] se tornar improcedente, por uma mera não observância de uma formalidade, ele será, pelo projeto, obrigado a fazer reparação patrimonial do contribuinte. Eu pergunto: vocês acham que alguém nas receitas estaduais e municipais ou da **Receita Federal** vai fazer alguma atuação sabendo que, se o auto cair, ele terá que ressarcir o contribuinte?", questionou.

Após ouvir os debatedores, Rigoni destacou que o relator da matéria já trabalha em alterações no texto para diferenciar o tratamento dado ao bom contribuinte do recebido por sonegadores, fraudadores e devedores contumazes.

Segundo o relator, muitas das sugestões das entidades já foram atendidas no substitutivo que ele deve apresentar ainda nesta semana à comissão. Pedro Paulo, no entanto, disse que vai manter a ideia original do projeto de harmonizar as relações entre fisco e o contribuinte.

Alterações

Segundo o relator, o substitutivo deixa de proibir as fazendas públicas de editar atos normativos, como previa o projeto original, mas passará a prever a participação de representantes dos contribuintes no processo.

Pedro Paulo anunciou ainda que optou por permitir o apoio policial em processos de fiscalização de contribuintes sem a necessidade de autorização judicial, desde que seja apresentada justificativa.

Por fim, afirmou que vai retirar do texto a parte que impedia as autoridades tributárias de bloquear, suspender ou cancelar a inscrição de contribuintes antes da decisão terminativa do processo administrativo.

Site: <https://girogoias.com.br/entidades-ligadas-ao-fisco-apontam-falhas-no-projeto-de-codigo-de-defesa-dos-contribuintes/>

Bancos adotam o WhatsApp para atrair clientes avessos a aplicativos



Inteligências artificiais de banco conversam com clientes via 'Zap'

MATHEUS PIOVESANA

Uma cena curiosa se repete nas portas de agências bancárias em dia de pagamento do **INSS** ou de auxílios do governo: pessoas fazem filas para entrar e sacar dinheiro, ao mesmo tempo que mandam e recebem mensagens por meio do WhatsApp. Para os bancos, isso significa que há uma parcela do público que usa smartphone, mas ainda não está em seus aplicativos. Por isso, as instituições financeiras miram o WhatsApp.

Uma das mais utilizadas do País, a plataforma da Meta é uma ponte entre os bancos e esse público, segundo especialistas, porque simplifica a linguagem do atendimento. No lugar dos menus dos aplicativos, entra uma conversa, como a que o cliente costuma ter na agência física. No "Zap", porém, o papo é com a inteligência artificial.

O Bradesco, por exemplo, criou a BIA, que interage com o usuário em suas plataformas.

"Para nós, o WhatsApp é um canal, mas o que estamos fortalecendo é a convergência do cliente", diz Eder Lima, responsável pela experiência digital de pessoas físicas do banco. Segundo ele, a intenção é acostumar o cliente a "falar" com a BIA em qualquer canal.

No Banco do Brasil, os usuários também conversam com uma máquina inteligente. "Exploramos a conversação. O nosso assistente no WhatsApp não

tem cara de URA (atendente eletrônico que identifica dígitos) porque isso não é conversacional.

Incentivamos a pessoa a falar", diz César Caseiro, líder da escola de robôs do banco. "O conceito da linguagem no digital é ter o tom de voz (linguagem) do cliente", observa Sergio Biagini, líder de serviços financeiros da consultoria Deloitte.

Andrea Carpes, diretora de atendimento ao cliente do Itaú, diz que os primeiros serviços levados para o app foram os mais fáceis e de maior demanda, como a emissão da segunda via de boletos. "O primeiro critério foi incluir o que tinha mais volume nas centrais de atendimento", diz. Hoje, é possível abrir contas correntes pelo WhatsApp.

São vários os motivos que afastam o cliente do app do banco, incluindo o receio de gastar parte do plano de dados. "Em geral, as pessoas de uma classe social mais baixa e que tendem a ser mais jovens têm necessidades financeiras mais simples.

Eventualmente, o WhatsApp atende a essas necessidades", aponta Silvio Marote, sócio da consultoria Bain.

DO SAC AO EMPRÉSTIMO. A experiência dos bancos é recente.

O BB passou a atender por WhatsApp em 2018; o Itaú entrou em 2019; a Caixa Econômica Federal (CEF), em 2020, inicialmente para dar suporte aos clientes na pandemia da covid-19, durante a qual o banco distribuiu o auxílio emergencial pago pelo governo. O Santander também colocou o pé no acelerador devido à pandemia. "Vínhamos discutindo isso há bastante tempo e, com a pandemia, se tornou mais urgente acelerar essa agenda", afirma Marcela Ulian, superintendente executiva de negócios digitais do banco.

O Santander tem 7 milhões de clientes que usam a plataforma, e identificou que parte deles tem celulares Android com baixa capacidade de armazenamento, o que com frequência os leva a optar pelo aplicativo de mensagens da Meta em detrimento de outras plataformas.

Pesquisa do WhatsApp encomendada à Kantar

apontou que, no Brasil, 47% dos adultos conectados à internet realizam transações bancárias via aplicativos de mensagem. "O WhatsApp é usado massivamente no Brasil, onde a população é aberta a novas tecnologias e o sistema financeiro é bastante avançado", disse a empresa por escrito.

RECURSOS. Com os cinco maiores bancos por lá, a corrida é para agregar funções. O Santander, por exemplo, espera dobrar o número de serviços na plataforma até o fim do ano, para 80. Os empréstimos pessoal e consignado estão nessa lista.

No início do mês, o BB foi o primeiro grande banco do País a oferecer empréstimos pessoais, para correntistas com limites pré-aprovados. "Clientes que nunca haviam contratado crédito conosco foram predominantes (nos primeiros dias)", conta Pedro Bramont, diretor de negócios digitais e open finance da instituição.

O BB já liberou mais de R\$ 2,5 milhões pela plataforma, 75% para clientes que não tinham crédito pessoal com o banco.

Neste ano, pretende levar todas as linhas voltadas a pessoas físicas ao app, além de soluções de investimentos e agronegócio.

Em paralelo, desenvolve o piloto do atendimento via Alexa, a assistente de voz da Amazon.

Algo que ainda está por equacionar é a análise de crédito.

"Para poder dar todas as possibilidades de crédito, precisamos ter uma análise de crédito muito bem feita em um tempo muito curto", afirma Andrea, do Itaú. É algo mais complexo do que emitir a segunda via de uma fatura - mas os bancos estão abraçando o desafio.

Transações virtuais

47% dos adultos com acesso à internet realizam transações bancárias via aplicativos de mensagem, segundo pesquisa da consultoria Kantar

R\$ 2,5 milhões foi quanto o Banco do Brasil distribuiu em crédito pessoal pelo WhatsApp desde o início do mês, quando tornou-se o 1º entre os grandes bancos a habilitar esse serviço no app

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TRT de São Paulo definirá taxa de juros de contribuição ao INSS

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259

Em tom de campanha, Guedes promete zerar IPI se Bolsonaro for reeleito

Julio Wiziack *brasil*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira (28) que, caso Jair Bolsonaro (PL) seja reeleito, acabará com **impostos** que incidem sobre a produção, principalmente o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Guedes prometeu ainda mudar o peso dos custos sobre as empresas. Disse que fará com que 100% dos investimentos realizados para aquisição de máquinas e equipamentos sejam depreciados imediatamente antes da incidência do Imposto de Renda -hoje essa depreciação é descontada ao longo dos anos.

Bolsonaro já afirmou que, se voltar ao cargo para um segundo mandato, deixará Guedes no comando da pasta novamente.

"Estamos comprometidos a acabar com os **impostos** que acabam com a capacidade produtiva do país", disse o ministro da Economia. "Nossa ideia é acabar com o IPI. Ele desindustrializou o Brasil Baixamos de 35%. Se continuarmos, vamos baixar a zero."

As declarações foram dadas nesta terça-feira (28) durante a abertura do evento Painel Telebrasil, promovido pela Conéxis, a associação das empresas de telecomunicações.

Embora não tenha conseguido aprovar uma **reforma tributária** neste mandato, o ministro também prometeu pôr fim a todos os **impostos** indiretos que, segundo ele, "atingem a população mais frágil e prejudicam o país".

Ele adotou um tom político ao se dirigir à plateia: "Não se deixem influenciar pelos pescadores de águas turvas, os que se aproveitam das crises para fazer política independentemente do que sejam as ambições do povo brasileiro".

As promessas aos empresários acontecem ao mesmo tempo que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas de intenção de voto, tem intensificado seus contatos com presidentes de empresas e outros representantes da sociedade civil.

O ministro, que falou por quase uma hora, afirmou que não conseguiu levar adiante a **reforma tributária** -que

reduziria o impacto dos **tributos** sobre a cadeia produtiva e o emprego-porque o ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia exigia "quase meio trilhão de reais" para os estados como compensação por possíveis perdas de arrecadação.

"Tínhamos acabado de dar R\$ 269 bilhões de Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] para municípios, R\$70 bilhões de Lei Kandir [previa ressarcimento em exportações], R\$ 20 bilhões de cessão onerosa [reservas de petróleo antes exclusivas da Petrobras] e R\$ 150 bilhões contra a Covid", disse. "Demos meio trilhão e ainda vou dar mais meio trilhão? Só se eu fosse irresponsável. Eu disse: "A conta acaba aqui.""

A reforma não avançou no Congresso, onde os estados, de fato, tentam barrar perdas de arrecadação.

Contrariando as previsões do mercado financeiro, que sinalizam com queda do **PIB** em 2023 e até recessão, Guedes afirmou que a economia deve crescer 1,7% no próximo ano.

O chefe da pasta disse que, ao contrário dos demais países, que devem entrar em recessão, o Brasil se recuperou em "V" e agora deve funcionar como ímã de investimentos privados.

Segundo Guedes, a secretária do Tesouro dos EUA disse que o país e a Europa só terão sucesso na retomada se contarem com fornecedores de insumos mais próximos.

Em vez de buscá-los na China, terão de escolher "nações amigas", e o Brasil será o único em posição estratégica.

A China e a Rússia, segundo a análise do ministro, não seriam amigáveis.

O ministro disse que está convencido de que o Brasil está no caminho certo ao buscar o caminho da distribuição de renda por meio da entrada de capitais privados e da liberdade às empresas, ao contrário da Argentina, que segue em uma "rota de empobrecimento", e da Venezuela.

Procurado, Maia disse à Folha que nunca defendeu a

criação de um fundo de compensação aos estados como condição para que a **reforma tributária** avançasse.

"Nunca fui a favor de dinheiro para estados", disse Maia. "Fico feliz agora em saber que ele [Guedes] seja a favor da **reforma tributária**, que abandonou a ideia da CPMF e passou a defender a PEC 45 [**reforma tributária**], que vai resolver todos esses conflitos tributários com o IVA nacional."

Maia disse ainda que o governo tem, há um ano e meio, o presidente da Câmara. "É só pegar o texto da Vanessa e do Appy [Vanessa Canado, ex-assessora especial de Guedes, e o economista Bernard Appy trabalharam para o governo no texto da PEC 45] sobre o qual já há consenso e pautar!"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

57

Estados têm opções limitadas para repor perdas com ICMS

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Cardápio para repor corte do ICMS é curto

Raphael Di Cunto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Governo quer tentar zerar a fila do Auxílio Brasil via PEC dos Combustíveis



Beneficiários aguardam em fila para receber o Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família. Rivaldo Gomes - 17.nov.21/Folhapress

Idiana Tomazelli *brasil*

O governo e o Congresso articulam incluir na PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis um dispositivo para zerar a fila de espera do programa Auxílio Brasil, afirmaram integrantes do governo à Folha.

Para isso, o texto reservaria um total de R\$25,5 bilhões fora do teto (a regra que limita à **inflação** o aumento dos gastos) para despesas extras com o programa, a pouco mais de três meses do primeiro turno das eleições para presidente.

O valor cobriria tanto a parcela adicional de R\$ 200 a ser paga aos atuais beneficiários entre 1º de agosto e 31 de dezembro deste ano quanto a inclusão das famílias consideradas elegíveis ao Auxílio Brasil na data de promulgação da emenda constitucional.

O lançamento de um pacote econômico-social é visto por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) como a principal estratégia para reverter a desvantagem nas intenções de voto em relação ao primeiro colocado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Inicialmente, a PEC dos Combustíveis reservava R\$21,6 bilhões para a ampliação temporária do Auxílio Brasil. A existência das filas, no entanto, é considerada um fator de desgaste para o governo em pleno ano eleitoral. Por isso, o valor extra a ser destinado ao programa será elevado.

Estimativas iniciais apontavam um custo total de R\$ 26 bilhões para turbinar o programa social, mas os técnicos estão refinando os números. O objetivo é assegurar que as medidas caibam no limite informal

traçado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para o novo pacote.

Embora o adicional de R\$ 200 mensais seja temporário, a concessão do benefício a novas famílias é uma despesa continuada que precisará ser prevista no Orçamento dos próximos anos, segundo técnicos da área econômica.

Na sexta (24), o relator da PEC, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), já sinalizara que estudava mecanismos para zerar a fila do benefício.

Interlocutores do ministro Paulo Guedes afirmam que ele também apoia a medida.

Simulações internas do governo apontam que o novo valor seria suficiente para ampliar o alcance do programa a até 19,8 milhões de famílias. Hoje, 18,15 milhões recebem o benefício. Ou seja, em tese haveria espaço para incluir 1,65 milhão de beneficiários.

Dados do Ministério da Cidadania obtidos pela Folha via LAI (Lei de Acesso à Informação) mostram que a fila era de 764,5 mil famílias em maio de 2022. Esse era o número de pessoas habilitadas ao programa, mas que não receberam o benefício por falta de recursos no Orçamento.

No entanto, especialistas têm alertado para a existência de uma "fila da fila", uma vez que muitas famílias ainda tentam, sem sucesso, atualizar seus cadastros para receber o benefício.

O novo parecer da PEC dos Combustíveis seria apresentado nesta terça (28) por Bezerra, mas acabou sendo adiado pela terceira vez. Agora, a previsão é que o conteúdo do relatório seja conhecido nesta quarta-feira (29), às 9h13.

Segundo um interlocutor envolvido nas negociações, o adiamento se deve à necessidade de refinar todas as estimativas e garantir que as despesas fora do teto de gastos fiquem próximas dos R\$ 34,8 bilhões já previstos desde sexta (24).

Além da ampliação do Auxílio Brasil, a proposta deve reservar R\$ 5,4 bilhões para o pagamento de uma ajuda de R\$ 1.000 a caminhoneiros autônomos registrados na ANTT (Agência Nacional de

Transportes Terrestres) e R\$ 1,05 bilhão para dobrar o valor pago às famílias beneficiárias do Auxílio Gás.

Bezerra também previu um repasse de R\$ 2,5 bilhões para subsidiar a gratuidade de idosos no transporte público urbano de municípios.

Por outro lado, a previsão de R\$ 3,8 bilhões para compensar estados pelo corte em alíquotas de **tributos** sobre o etanol pode ser reduzida, diante no aumento no custo com o Auxílio Brasil.

Guedes tem falado em um teto informal de cerca de R\$ 50 bilhões, incluindo não só o aumento de despesas mas também os R\$ 16,8 bilhões em renúncias de receitas coma nova desoneração de **tributos** federais sobre gasolina e etanol até o fim do ano.

A votação da PEC está prevista para esta quarta no Senado, embora a oposição pressione para que passe pela Comissão de Constituição e Justiça antes de ir a plenário. Se aprovado, o texto irá à Câmara.

Governo e Congresso devem recorrer a um estado de emergência para blindar Bolsonaro contra eventuais restrições eleitorais à criação ou expansão de benefícios.

A estratégia é alegar emergência em decorrência dos impactos do cenário externo sobre os preços do petróleo, dos combustíveis e seus derivados.

A avaliação de órgãos jurídicos do governo, incluindo a AGU (Advocacia-Geral da União), é que a inclusão desse dispositivo é necessária para abrir caminho às medidas e afastar o risco de contestações contra a campanha de Bolsonaro. Mesmo assim, governistas já trabalham com o cenário de batalha judicial.

A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, justamente para evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos. As exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência.

O Auxílio Brasil e o Auxílio Gás são programas já em andamento, mas o vale para os caminhoneiros ainda não existe. Por isso, há grande receio de que a medida represente violação da lei eleitoral.

Para evitar esse desfecho, o estado de emergência seria regulamentado na própria PEC e afastaria as vedações ou restrições previstas em norma de qualquer natureza para a implementação dos benefícios.

A escolha desse mecanismo está relacionada ao fato de o texto da lei eleitoral citar o estado de emergência como uma das exceções, embora ele ainda não seja regulamentado na Constituição.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49957>

Postos já recebem gasolina com desconto de tributo federal; ministro tenta agilizar repasse

Nicola Pamplona e Danielle Brant RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA

Enquanto estados ainda tentam reverter na Justiça o corte do ICMS, postos de combustíveis já começam a receber gasolina com desconto na parcela dos **impostos** federais, que foram zerados pela mesma lei que estabeleceu teto para a alíquota do imposto estadual

O desconto ainda é gradual e concentrado em regiões próximas a refinarias, já que o repasse depende dos estoques das distribuidoras, mas o governo negocia com o setor uma alternativa para agilizar os cortes nos preços dos combustíveis.

Segundo o setor de revenda, postos no Rio e no Paraná, por exemplo, já recebem gasolina mais barata das distribuidoras. O governo zerou as alíquotas de PIS/Cofins e Cide, que somavam R\$ 0,69 por litro, ou 9,3% do preço recorde atingido pelo combustível na semana passada.

"As distribuidoras, de uma forma geral, começaram a repassar gradualmente aos postos as alíquotas zeradas nos **tributos** federais", disse, em nota, o Paranapetro, que representa o comércio varejista de combustíveis no Paraná.

Proprietária de uma rede de postos no Rio, a empresária Maria Aparecida Siuffo disse que já percebeu uma queda no valor de seus pedidos. "As companhias estão passando aos poucos o PIS e Cofins. Ainda não terminaram."

Em audiência na Câmara nesta terça-feira (28), o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, afirmou que está em contato com as empresas e a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para basear uma solução para agilizar os repasses.

A proposta é permitir a venda consignada de combustíveis das refinarias às distribuidoras. Nesse modelo, as empresas de distribuição pegam produtos nas refinarias, mas as notas fiscais só são emitidas após o corte nos **impostos**.

Assim, todo o estoque que entrar nas distribuidoras já passaria a ter o desconto do corte de **impostos**. Sem

essa medida, a expectativa do setor é que o repasse só chegue integralmente aos postos em um prazo de 10 a 15 dias.

A proposta de venda consignada foi apresentada pelas próprias distribuidoras ao governo, diante do temor de que a demora para desovar os estoques gerasse questionamentos e pressão para agilizar o repasse mesmo com prejuízos, o que ocorreu na greve dos caminhoneiros de 2018.

A redução de **impostos** sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta (24) afeta principalmente a gasolina. Para o diesel, os **impostos** federais já estavam zerados, e o ICMS, abaixo do teto na maior parte dos estados.

Apenas com o teto do ICMS sobre a gasolina, o corte médio no país será de R\$ 0,657 por litro, segundo cálculos do consultor Dietmar Schupp. Com os dois **impostos**, Sachsida prevê uma redução média de 21% no preço final.

Insatisfeitos com a ingerência do governo sobre suas políticas tributárias, u estados e o Distrito Federal foram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar suspender a vigência da lei do teto do ICMS.

Na segunda (27), porém, os São Paulo e Goiás decidiram antecipar corte no imposto estadual. Em São Paulo, a expectativa é que a gasolina caia R\$ 0,48 por litro na bomba. Em Goiás, R\$ 0,85 por litro.

A diferença é explicada pelas alíquotas antigas. São Paulo está entre os estados com menor carga tributária sobre os combustíveis e cobrava 25% sobre a gasolina. Em Goiás, a alíquota era de 30%.

Ainda há dúvidas sobre a manutenção do congelamento dos preços de referência para o cálculo do ICMS, que vence nesta quinta (30). O imposto é calculado sobre uma estimativa feita pelos estados nos postos, conhecida como PMPF (preço médio ponderado ao consumidor final).

Hoje, o ICMS é cobrado sobre o PMPF de setembro, quando a gasolina custou, em média no país, R\$ 6,078 por litro. A atualização desse valor para o preço atual (média de R\$ 7,390 por litro), engolirá ao menos parte dos cortes de **impostos** aprovados pelo

Congresso.

STF dá 24 horas para governo avaliar propostas sobre ICMS

O misto Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), deu prazo de 24 horas para que o governo federal avalie propostas apresentadas pelos estados para superar o impasse em torno da cobrança do ICMS que incide sobre os combustíveis.

Em **comunicado** divulgado após a reunião de conciliação entre as partes nesta terça-feira (28), os entes da Federação se mostraram preocupados com a "queda abrupta" de arrecadação, e, na tentativa de chegar a um consenso, foram propostos quatro itens de um acordo.

O primeiro ponto proposto pelos estados é que a base de cálculo dos ICMS sobre o diesel seja na média dos últimos 60 meses.

Os estados também querem que não haja vinculação da alíquota modal com o tema da essencialidade, para que não sejam reduzidas as parcelas do Fundo de Combate à Pobreza.

Os entes regionais pedem ainda que as alíquotas do ICMS sobre operações de fornecimento de combustíveis em patamar superior à cobrada sobre as operações em geral sejam aplicadas apenas a partir de 2024, conforme já decidiu o STF em julgamento anterior.

Por último, os estados solicitam a retirada da inclusão da Tust (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e da Tused (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica) na base de cálculo do ICMS até que o processo que discute o assunto seja finalizado no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Paes de Andrade toma posse na Petrobras sem cerimônia

Sem cerimônia oficial, o novo presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, assumiu o cargo nesta terça (28), informou em nota a estatal. O executivo é o quarto indicado por Jair Bolsonaro (PL) a tomar posse na companhia. A nomeação foi confirmada pelo conselho da Petrobras na segunda (27), com votos de 7 dos 10 conselheiros aptos a votar. Os outros três rejeitaram a nomeação por questionamentos sobre sua qualificação para ocupar o cargo. "Caio tomou posse no Rio, sede da companhia, em agenda interna", disse a Petrobras. É o primeiro entre os quatro presidentes da Petrobras sob Bolsonaro a não realizar uma cerimônia de posse com presença de convidados externos. Embora o novo presidente da

Petrobras tenha dito a comitê interno que não recebeu "qualquer orientação" para mudara política de preços dos combustíveis, o governo espera que ele segure novos reajustes ao menos até as eleições presidenciais.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49957>

BC leva meta de inflação a sério (Editorial)

O pior momento da **inflação** passou, disse com aparente otimismo o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Mas o tom realista predominou em seguida: falta entender o impacto de "algumas medidas desenhadas pelo governo". A advertência é clara: ainda é preciso saber o efeito das bondades eleitorais.

Aumento de gastos, corte de **impostos** e consequente insegurança fiscal poderão criar pressões inflacionárias.

É cedo, portanto, para afrouxar a política, e há excelentes motivos, poderia ter acrescentado, para manter em 3% a meta de **inflação** até 2025, repetindo a de 2024.

Essa meta, segundo alguns, é irrealista e impõe, de forma ineficiente, a adoção de juros muito altos e prejudiciais ao crescimento econômico. Em 2021, a **inflação** chegou a 10,06%, passando longe do centro do alvo, de 3,75%, e até do limite de tolerância, de 5,25%. Algo parecido está previsto para este ano.

Estima-se **inflação** próxima de 9%, muito acima do objetivo central, de 3,50%, e do teto, de 5%. Trabalha-se com meta de 3,25% para 2023 e de 3% para o ano seguinte. Os objetivos são fixados, com limites de tolerância acima e abaixo, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Integram o conselho o ministro da Economia, o secretário de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia e o presidente do BC.

Fatores importantes, internos e externos, continuam pressionando os preços para cima e dificultando a ação anti-inflacionária, mas isso de nenhum modo justifica uma ação mais frouxa da autoridade monetária. Ao contrário: qualquer sinal de afrouxamento, ou de tolerância aos aumentos, poderia estimular mais desarranjos e produzir efeitos desastrosos nos próximos dois anos. Seria um péssimo legado para o próximo governo e uma grave ameaça ao bem-estar dos brasileiros, principalmente dos desempregados e de milhões de pobres.

Não há sinal de leniência da autoridade monetária, apesar de algum indício de otimismo. "Acreditamos que a maior parte do processo já foi feita", disse o presidente do BC, na segunda-feira, durante o Fórum Jurídico de Lisboa.

Campos Neto, no entanto, logo lembrou a importância de completar o trabalho de "ancorar expectativas", isto

é, de instilar nos agentes econômicos a confiança no sucesso em relação às metas.

A disposição de manter uma dura política de ajuste já havia sido reafirmada na ata da última reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do BC.

Elevada para 13,25% nessa reunião, a taxa básica de juros deverá ser mais uma vez aumentada na próxima sessão do comitê. O próximo ajuste, de acordo com a ata, poderá ser inferior ou igual ao anterior, quando a variação foi de 0,5 ponto percentual.

O presidente do BC e seus companheiros têm reafirmado a disposição de manter sua política até a **inflação** se aproximar da meta. Mesmo com alguma redução, os juros básicos deverão continuar muito altos pelo menos até o fim de 2023. Dinheiro caro será um entrave à expansão econômica e manterá elevado o custo da dívida pública. Mas com essa política o BC continuará empenhado na tarefa principal de frear a alta dos preços.

As declarações de Campos Neto deixam implícito um recado político muito importante: o BC está realizando seu trabalho e cumprindo sua obrigação mais importante, a mesma atribuída como objetivo primordial às autoridades monetárias em outros países. **Inflação** contida é sempre o alvo número um, mesmo quando um BC, como o dos Estados Unidos, tem de levar em conta, como parte de seu mandato legal, a preservação do emprego. A consideração do emprego também aparece nas deliberações do Copom, mas sem implicar desleixo em relação aos preços.

O recado implícito inclui um lembrete relativo à disciplina fiscal. Os Poderes da República, principalmente o Executivo e o Legislativo, contribuirão de forma importante para o controle da **inflação** se cuidarem melhor das finanças públicas, evitando bondades eleitorais, ações populistas e barbaridades como o orçamento secreto. Será inútil protestar contra terapias muito duras, se toda a responsabilidade ficar para o Banco Central.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Oposição protocola pedido para criar CPI do MEC; governo vai ao Supremo



DANIEL WETERMAN

Com apoio de 31 senadores, a oposição protocolou ontem pedido de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o "gabinete paralelo" que se instalou no Ministério da Educação durante a gestão de Milton Ribeiro.

O governo ainda investe em várias frentes para barrar a instauração da CPI. Além de tentar convencer senadores a retirar apoio à criação da comissão, aposta num recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dê prioridade a outras CPIs que estão na fila e deveriam ser instauradas antes, o que inviabilizaria a criação de mais um colegiado.

Como revelou o Estadão, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura mantinham controle da agenda oficial de Ribeiro no MEC, intermediavam encontros com prefeitos e cobravam propina em troca de liberação de recursos da educação para prefeituras. A partir da série de reportagens foi aberta investigação na Polícia Federal para apurar ocorrência de crimes como corrupção e tráfico de influência.

Ribeiro foi preso há uma semana - e libertado um dia depois por ordem do desembargador do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) Ney Bello. A prisão de Ribeiro aumentou a pressão pela instalação da CPI. No dia seguinte foi registrada uma liberação de recursos do orçamento secreto pelo governo. Até agora, o Executivo já liberou o pagamento de R\$ 5,8 bilhões em verbas das emendas de relator, 35% do total de R\$ 16,5 bilhões previstos para este ano.

DATAS. A liberação dos recursos do orçamento secreto acompanha datas estratégicas para o Palácio

do Planalto.

Nos dois dias após a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro, quando aumentou a pressão pela CPI, foram empenhados R\$ 3,3 bilhões, o que corresponde a 20% do previsto para o ano inteiro. O mesmo movimento de liberação concentrada de recursos havia ocorrido em 14 de junho, em meio à votação da proposta que impõe um limite para a cobrança de **impostos** sobre os combustíveis, quando o Executivo liberou montante de R\$ 1,8 bilhão.

A distribuição da verba do orçamento secreto, segundo aliados do governo, poderá ajudar a convencer senadores e retirar a assinatura. Pelo menos dois nomes estão na mira: Eduardo Braga (MDB-AM) e Alexandre Giordano (MDB-SP). Ambos apresentaram emendas no orçamento secreto.

Braga avisou, no entanto, em sua rede social, que não pretende retirar o apoio. "Estou ao lado da democracia e dos que acreditam na necessidade de investigação, transparência e justiça no Ministério da Educação", escreveu o emedebista.

Por intermédio de sua assessoria, Giordano também disse que mantém a assinatura.

Autor do requerimento de criação da CPI do MEC, o líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que os requisitos formais foram cumpridos. "Desde a semana passada, é de conhecimento de todos, em áudio do próprio senhor Milton Ribeiro, de que o presidente da República interveio de forma clara para impedir que a investigação avançasse, em claro crime, conforme o Código Penal, de obstrução às investigações e de uso de informações privilegiadas", disse Randolfe.

ELEIÇÕES. O pedido só terá prosseguimento se tiver aval do presidente do Senado, a quem cabe analisar o requerimento e determinar a instalação.

Há dúvidas se a CPI de fato será aberta em razão da proximidade das eleições. O governo escalou o ex-presidente da Casa Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, para a linha de frente das iniciativas contra a CPI.

Os dois agem para retirar assinaturas e impedir que mais senadores apoiem o pedido da oposição. Entre os argumentos citados por governistas estão a promessa de verbas, os impasses do período eleitoral e o argumento de que outras CPIs devem ter prioridade.

"A CPI das ONGs tem preferência.

Já foi atropelada uma vez pela CPI da Covid. Mesmo que o Supremo se meta indevidamente outra vez, vai ser difícil não instalar outras CPIs, e isso pode, sim, neutralizar", afirmou o senador Plínio Valério (PSDB-AM), autor do requerimento que pede a instalação da CPI da Amazônia.

Nos bastidores, governistas admitem a possibilidade de Pacheco determinar a instalação da CPI do MEC, após a oposição conseguir 31 assinaturas.

Até mesmo um discurso está preparado para o início da CPI: o de que os órgãos federais agiram para investigar indícios de irregularidades.

Cármem vê "gravidade" em denúncia que pede apuração de vazamento A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, remeteu ontem à Procuradoria-Geral da República, para manifestação, um pedido de investigação sobre o presidente Jair Bolsonaro por suspeita de vazamento da Operação Acesso Pago, que mira o gabinete paralelo no MEC. A magistrada destacou a "gravidade do quadro narrado" pelo deputado Israel Batista (PSB-DF) em notícia-crime apresentada à Corte.

Anteontem, a ministra já havia encaminhado à PGR uma petição do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) que solicita a apuração de eventuais crimes de tráfico de influência, advocacia administrativa, corrupção e organização criminosa.

Também ontem, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara aprovou convite para o ministro da Justiça, Anderson Torres, explicar a suspeita de interferência na investigação da PF. Torres não é obrigado a comparecer.

Em telefonema interceptado pela PF, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro disse que foi alertado pelo presidente sobre "buscas" - nesse dia, Bolsonaro e Torres cumpriam agenda nos EUA.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

.....

Investigados



MILTON RIBEIRO
Ex-ministro da Educação

Em sua gestão, pastores controlavam a liberação de verbas da pasta em troca de propina, segundo prefeitos.



ARILTON MOURA
Pastor

Com atuação no gabinete paralelo, pediu, segundo um prefeito, 1 quilo de ouro para desfrutar recursos do MEC.



GILMAR SANTOS
Pastor

Ao lado de Moura, atuava na intermediação de agendas de Ribeiro e na negociação de repasses a municípios.



LUCIANO MUSSE
Ex-gerente do MEC

Indicado pelos pastores, advogado virou gerente de Projetos do MEC. Após saída de Ribeiro, foi demitido.



HELDER BARTOLOMEU
Genro de Arilton Moura

Ex-assessor da prefeitura de Goiânia, é suspeito de ter intermediado propinas cobradas pelos religiosos.

Bolsonaro e Lira pressionam para aprovar PEC em apenas dois dias

ANDRÉ BORGES ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A pressão que o governo Bolsonaro e o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), têm feito para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o bolsacaminhoneiro e amplia auxílios voltados à população de baixa renda atropela todo o rito legislativo que está previsto na votação de um texto do gênero.

Nos planos de Lira, a PEC será votada em dois dias, um processo que, em condições normais de consenso parlamentar, costumaria levar meses para ser concluído, pelo simples fato de a PEC ser um dos textos mais importantes do processo legislativo, ao mexer diretamente com a Constituição federal.

No cronograma do governo, o texto deve ser submetido já hoje ao plenário do Senado, para seguir amanhã para a Câmara.

Uma vez votado pelos deputados, o pacote seria promulgado pelo Congresso.

Pelo rito legislativo, qualquer PEC que seja apresentada - seja pelo presidente da República, por um terço dos deputados (171) ou por um terço dos senadores (27) - tem de ter seu texto submetido, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça. É a CCJ que avalia se a proposta viola alguma cláusula pétrea prevista na Constituição.

Se o texto for aprovado na CCJ, forma-se, então, uma comissão especial para analisar o mérito dessa PEC. É o momento de discussão aprofundada do texto. A comissão tem de realizar ao menos dez sessões parlamentares para avaliar o texto e eventuais alterações na proposta original. Se for necessário, a comissão pode fazer até 40 sessões até que o texto siga para votação.

Uma vez aprovada, a proposta vai ao plenário de cada Casa.

Tem de passar por dois turnos de votação, sendo que a aprovação só é confirmada com os votos favoráveis de 308 deputados e de 49 senadores, equivalentes a três quintos de cada Casa. Só após todo esse processo é que a PEC pode ser promulgada, em sessão realizada pelo Congresso Nacional.

"AMARRAÇÃO". "É preciso aguardar o relatório, para entender como se fez a amarração deste conjunto de improvisos e devaneios. E também lembrar o descumprimento do acordo de manutenção de valores para Fundeb, Educação e Saúde, que foram vetados por Bolsonaro.

Defendo que este é um ponto que deve ser resolvido antes de avançar em qualquer outra coisa", diz o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE).

Na avaliação de Vieira, se tudo corresse de forma acelerada, com matéria consensual, seria possível aprovar uma PEC "em algumas semanas".

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), discorda da avaliação de atropelo do processo legislativo e cita ações de outros países, que já fizeram repasses de dinheiro à população. "O assunto é urgente. Emergência internacional.

O mundo está seguindo os mesmos caminhos do Brasil, como a Espanha", disse ele. "A Espanha fez corte de **impostos** e benefícios na ponta. Copiando-nos, enquanto discutimos." "JEITINHO". "A PEC 16 é um jeitinho que estão buscando para burlar as regras que norteiam o Direito Eleitoral, e que incluem princípios e normas constitucionais.

Ela (a PEC) é populista, assistencialista e fere os princípios da razoabilidade e da moralidade, na medida em que estão falindo o Estado brasileiro para financiar uma reeleição (de Bolsonaro)", diz Alexandre Rollo, doutor em Direito pela PUC/São Paulo e conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

Para o advogado Acacio Miranda da Silva Filho, doutor em Direito Constitucional e professor de Direito Eleitoral, "salta aos olhos a celeridade imposta ao projeto, fato não replicado nos demais temas que tramitam no Congresso".

Rito legislativo

Quais os passos para o exame de uma PEC

CCJ Qualquer PEC teria de ser submetida, em primeiro lugar, à Comissão de Constituição e Justiça.

É a CCJ que avalia se a proposta viola ou não alguma cláusula pétrea prevista na Constituição

Comissão especial Se o texto for aprovado na CCJ, forma-se, então, uma comissão especial para analisar o mérito dessa PEC. É preciso realizar ao menos dez sessões parlamentares, para avaliar eventuais alterações na proposta original.

Plenário Uma vez aprovada, a proposta vai ao plenário de cada Casa.

Neles, tem de passar por dois turnos de votação, sendo que a aprovação só é confirmada com os votos favoráveis de 308 deputados e de 49 senadores, equivalentes a três quintos de cada Casa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Servidores temem colocar CPFs em medidas do governo

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes vê Brasil descolado do mundo



rosana hessel

Em um discurso em tom de campanha, o ministro da Economia, Paulo Guedes voltou a fazer previsões otimistas do Brasil e catastróficas para o resto do mundo, apesar de o país apresentar taxas de crescimento abaixo da média global e até menos do que a vizinha Argentina - que apresentou avanço de 6% no Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre de 2022 enquanto o **PIB** brasileiro subiu 1% no mesmo período.

"Não tenham receio, não desanimem, não se assustem com os problemas lá de fora, porque os problemas vão existir e vão se aprofundar. Vamos ver uma **inflação** alta nos Estados Unidos, na Europa, vamos ver recessão, vai ter guerra comercial, pode ter uma escalada dessa guerra geopolítica. O barulho vai ser ensurdecedor", afirmou Guedes, ontem, durante a abertura do Painel Telebrasil 2022, evento realizado pela Conexis, entidade das empresas de telecomunicações.

De acordo com o ministro, o forte crescimento da China - maior parceiro comercial do Brasil - nos últimos anos não foi resultado de um bom planejamento, mas do avanço dos mercados globais. "Os mercados globais vão dar uma desacelerada forte. Não dá mais para surfar em onda baixa. Acabou a onda", disse ele, acrescentando que, para crescer, a segunda maior potência global terá que se voltar para o mercado interno, como faz o Brasil. "A economia brasileira é uma das mais fechadas do mundo", afirmou. Ele comparou o Brasil a um "um corpo enorme e com uma cauda balançando" e, nesse sentido, o setor externo é a cauda.

Na avaliação do chefe da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PL), haverá uma recessão global e os países "só estão começando a enfrentar o problema". Enquanto isso, segundo ele, ao contrário das demais economias, o Brasil já conseguiu "atravessar a onda", e a **inflação** deve começar a cair, porque já passou o pico.

Guedes citou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que afirmou, na segunda-feira, que "o pior da **inflação** já passou". E voltou a afirmar que o país "vai surpreender novamente". Segundo o ministro, "o **PIB** do país (deste ano) vai ter 2% de crescimento".

Em ano eleitoral, governo deve lançar Plano Safra recorde

O presidente Jair Bolsonaro (PL) deve anunciar nesta quarta-feira (29) o Plano Safra 2022/2023 com valor acima de R\$ 320 bilhões para apoiar a produção agropecuária do país a partir de julho.

O volume de recursos para o setor, que majoritariamente apoia a reeleição de Bolsonaro, atinge um patamar recorde em ano eleitoral. Empresários e parlamentares pediram um valor de R\$ 330 bilhões.

A política agrícola a ser anunciada pelo presidente está em linha com o defendido pelo setor e com as negociações encampadas pelo ministro Marcos Montes (Agricultura). Do valor total, mais de R\$ 100 bilhões devem ser financiados com subsídios do Tesouro Nacional.

O Plano Safra anterior foi de R\$ 251,2 bilhões (ou R\$ 279,4 bilhões em valores corrigidos pela **inflação**). A alta a ser anunciada, de acordo com representantes do setor agropecuário, busca atender ao aumento de custos no segmento na esteira da valorização do dólar, das commodities e também da Guerra da Ucrânia, que dificultou o suprimento de fertilizantes.

Nas últimas semanas, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) atuou nas negociações de forma a limitar os custos com subsídios, enquanto a Agricultura resistia à elevação dos juros.

Diante desse impasse, técnicos alertaram para o fato de que o valor financiado seria menor, caso houvesse necessidade de bancar subsídios mais polpudos para sustentar juros menores.

Em linhas gerais, o programa deve atender às principais demandas da base de apoio de Bolsonaro, mas os pequenos produtores foram priorizados na decisão sobre os juros. Para eles, os juros permanecerão abaixo dos 10%, embora a taxa Selic esteja hoje em 13,25% ao ano, com perspectiva de novas altas.

Associações do setor agropecuário tentaram negociar que os juros não ultrapassassem a marca de dois dígitos. No entanto, as taxas para grandes produtores deve ficar entre 10% e a Selic. No Plano Safra anterior, variaram de 7,5% a 8,5%.

Integrantes do governo dizem que esse tipo de produtor rural tem acesso a outras formas de financiamentos privados e, portanto, tem acesso a mais recursos.

As melhores condições de crédito no Plano Safra são para a agricultura familiar, pequenos e médios produtores por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural).

As taxas para pequenos e médios produtores, que variavam de 3% a 6,5% no programa anterior, também devem sofrer aumento, mas ficando abaixo de dois dígitos.

Aliados de Bolsonaro e empresários defendiam que essa margem subisse para até 5% e 7,5%. Mas os juros desses grupos devem ficar acima desses patamares.

Por causa dessa diferença entre o custo de captação dos recursos para os bancos e para os produtores rurais, o Tesouro Nacional precisa desembolsar dinheiro para equalização de juros.

A expectativa é que mais de R\$ 100 bilhões em crédito sejam liberados com recursos a serem equalizados. Isso deve representar um gasto de aproximadamente R\$ 20 bilhões em 2023 -valor desembolsado na equalização.

Neste ano, o montante dos subsídios para o novo plano deve ficar em R\$ 1,3 bilhão.

Para atender o Plano Safra proposto pelo setor agropecuário, seria necessário um custo de cerca de R\$ 22 bilhões no ano que vem. Portanto, acima do que deve ser anunciado nesta quarta.

Apesar de o pacote a ser lançado por Bolsonaro não ser o idealizado pelos ruralistas, a avaliação no segmento é positiva em relação à política agrícola.

Havia o receio de que Guedes poderia vencer a batalha contra Montes, que tem menos tempo na cúpula do governo. Outro fator que gerava desconfiança no setor é que geralmente o Plano Safra negociado no último ano de um mandato tende a ser

menos robusto.

Para lançar o Plano Safra, Bolsonaro deverá estar acompanhado de Montes e mais ministros em evento no Palácio do Planalto na tarde desta quarta. Apesar da baixa atividade do Congresso nesta semana, parlamentares da bancada ruralista estão em Brasília para comparecer ao anúncio, tido como o mais esperado dos últimos anos.

As bases do Plano Safra foram fechadas nesta semana -a última do mês. Geralmente o lançamento dessa política agrícola ocorre em meados de junho para começar a vigorar em julho.

A demora, segundo pessoas que participaram das negociações, ocorreu por causa das diferentes posições entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Economia.

Apesar do atraso, o setor espera que a liberação dos recursos não seja prejudicada. Representantes da bancada ruralista do Congresso se reuniram com membros do Ministério da Economia para agilizar o início da política agrícola.

"Já tem recursos orçamentários guardados para abrir o Plano Safra de imediato", disse o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária).

Site:

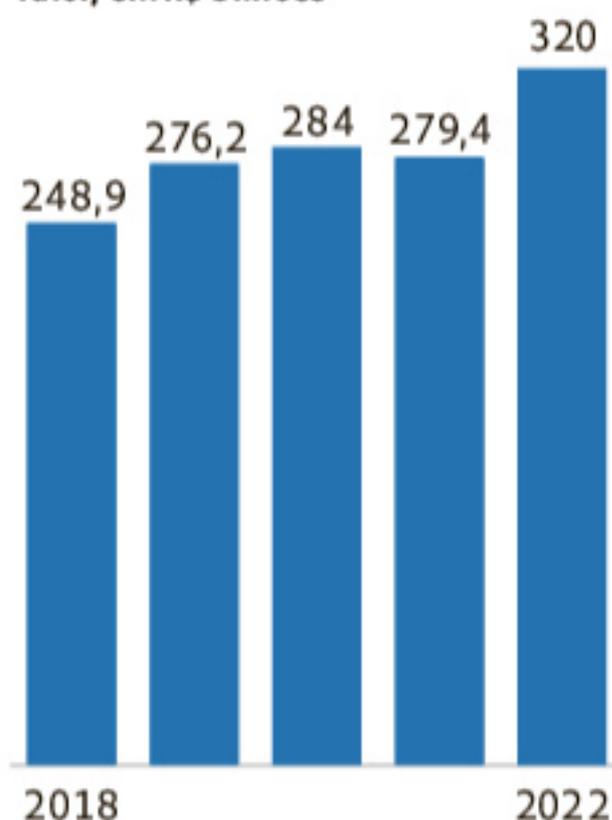
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

57

Volume de recursos do Plano Safra aumenta às vésperas da eleição

Pacote para setor é
anunciado anualmente em
junho e vigora por 12 meses

Valor, em R\$ bilhões*



*Corrigidos pela inflação (IPCA)
Fonte: Ministério da Agricultura

Tebet vai invocar esperança contra 'desencanto' e 'pessimismo' de eleitor

FELIPE FRAZÃO

O comando da pré-campanha da senadora Simone Tebet (MDB) à Presidência da República vai invocar a mensagem da esperança diante do atual cenário de desalento do País. A estratégia será adotada para dar tração ao nome da chamada terceira via e tentar romper a polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Uma pesquisa qualitativa encomendada pela Executiva Nacional do MDB identificou no eleitorado os sentimentos de decepção e angústia, algo mais marcante do que o registrado nas últimas disputas ao Palácio do Planalto. Associado principalmente ao aumento do custo de vida e a constantes ameaças de desemprego, o pessimismo agora aparece ao lado de sensações como solidão, instabilidade e abandono.

O desencanto com a situação do Brasil e o seu impacto no cotidiano surgiram em observações de grupos de eleitores indecisos.

O quadro de incerteza e frustração de sonhos e projetos, com aumento da miséria e da desigualdade social, impressionou o marqueteiro Felipe Soutello, da pré-campanha de Simone. "Desde os anos 1990 não vemos tanta tristeza e decepção em viver no Brasil, além de falta de expectativa de futuro.

São as piores qualitativas em décadas", disse Soutello.

Para a maioria dos entrevistados, a responsabilidade pela crise não é somente da pandemia de covid-19, mas, sim, do chefe do Executivo. Feita recentemente, a pesquisa teve o objetivo de mensurar impressões de homens e mulheres de todas as regiões que ainda não têm certeza sobre quem escolher para o comando do País e podem mudar o voto.

A aliança em torno de Simone reúne o MDB, o PSDB e o Cidadania, grupo que se autointitula "centro democrático".

Ainda desconhecida, a senadora passou de 2% para 1% das intenções de voto na mais recente pesquisa Datafolha, divulgada na semana passada.

A cúpula do MDB afirmou que, quando começar o

horário eleitoral na TV e no rádio, a partir de agosto, Simone pode crescer.

Eleitores sem convicção do voto buscam um candidato que represente uma novidade, mas não querem um "outsider" na política e temem um aventureiro. A alternativa, para eles, é um nome com experiência, sem suspeitas de corrupção, que transmita confiança e capacidade de unificar o País.

O MDB identificou que ter lançado uma candidata foi percebido como um diferencial, mas que ser mulher não basta.

Parte dos eleitores procura um nome que demonstre competência para administrar, reduzir as desigualdades sociais e resolver problemas, como alta da **inflação** e desemprego. Não foi à toa que, em um dos comerciais do MDB, Simone disse que era necessário promover o acesso à "comida barata".

FADIGA. Estrategistas de outras campanhas ao Planalto também notaram o sentimento de fadiga por parte da população e tentam calibrar o discurso dos presidenciáveis. Segundo marqueteiros consultados pelo Estadão, foi possível notar nas propagandas do PL uma tentativa de mostrar Bolsonaro ao lado do povo, como alguém próximo das pessoas, e de vinculá-lo ao Auxílio Brasil.

Lula, por sua vez, aposta em mensagens como "cuidar de gente", em tom messiânico. Ciro Gomes (PDT) destaca ainda mais as críticas ao modelo econômico e ao "voo de galinha" do Brasil, que, na sua avaliação, impede a geração de empregos de qualidade e provoca aumento da pobreza.

Hoje, 33 milhões de pessoas passam fome no País. A **inflação** se mostra resistente.

Já são dez meses com o IPCA- 15, a prévia do índice oficial, acima de dois dígitos. Números divulgados pelo IBGE na sexta-feira passada marcam 12,04%. "Os dados (da qualitativa) são plausíveis. A maior parte dos indecisos está na faixa de zero a dois salários mínimos, um contingente mais vulnerável à **inflação** em alta, que reduz o seu já muito limitado poder aquisitivo", disse o cientista político Antônio Lavareda.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro aposta no vale-tudo em nome de manter o poder (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Emprego surpreende em maio, mas dúvidas persistem

Rafael Vazquez e Edna Simão De São Paulo e Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Otan aceita Suécia e Finlândia e deve ampliar gasto militar

*Jill Lawless e Joseph Wilson Associated Press, de
Madri*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=1§ion=1

Planos de Bolsonaro não se detêm diante das leis (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=8§ion=2

Leilão de transmissão prevê aporte de R\$ 153 bi

Robson Rodrigues

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187259?page=8§ion=2